



Reprovação escolar em Cabo Verde de 2010 a 2012: comparação com dados do Brasil

Célia Artemisa Gomes Rodrigues Miranda
celiaro-drrigues@hotmail.com

Mariluci da Silva Mattos
mariluci-mattos@hotmail.com

1 Introdução

Este estudo visa analisar as taxas de reprovação escolar no Ensino Primário (EP) e Secundário (ES) de Cabo Verde e sua evolução, ao longo de 3 anos, comparando-as com as brasileiras. O intuito é refletir sobre os picos de reprovação, em ambos os países, durante esse período, tentando propor hipóteses explicativas para eles e traçar alguns paralelos, embora haja significativas diferenças entre as duas realidades.

O fracasso escolar é um problema que afeta muitos países, principalmente os pouco industrializados, gerando medidas para combatê-lo (UNESCO, 2012), por se entender que, além de trazer prejuízos para o sistema de ensino, afeta os alunos, pessoalmente. Estudos revelam que a reprovação sucessiva não contribui para a melhoria do aprendizado e pode levar à evasão (FARIA, 2011; GOMES, 2004; HANFF, 2007).

Este trabalho justifica-se pelo reduzido número de pesquisas relacionadas à reprovação escolar em Cabo Verde¹ e pela necessidade, ainda vigente, de compreendê-lo. As comparações com o Brasil podem auxiliar nessa tarefa, já que este país dispõe de abundante literatura acerca do problema, como mostram os trabalhos de Azevedo (2012) e Soares & Nascimento (2012), só para citar alguns dos mais recentes. O fracasso necessita ainda ser estudado, no Brasil, apesar dos investimentos, em termos de políticas públicas, que vêm sendo feitos para combatê-lo.

O fracasso escolar, nesta pesquisa, é analisado por meio da reprovação.

2 Contextos pesquisados

Cabo Verde é um país africano, com pouco mais de 491 mil habitantes (INE, 2010). O país, em 2013, apresentava Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,58, ocupando o 132º lugar no ranking mundial. A economia caboverdiana baseia-se nos serviços, que representam 72% do PIB nacional (BORGES & MORAIS, 2012). A renda per capita, em 2010, era de USD 3.270.

O ensino em Cabo Verde, antes de 2010², compreendia o EP e o ES com duração de seis anos cada – um ciclo único de 3 fases de dois anos para o EP, e três ciclos de dois anos cada para o ES. A reprovação no país é computada somente a partir do final da primeira fase do EP, ou seja, no 2º ano. O número total de matriculados no EP e ES³, na rede pública, em 2012, era 119.475 (CABO VERDE, 2012).

O Brasil, em 2010, apresentava um IDH de 0,73, ocupando o 85º lugar no ranking dos 187 países, tendo renda per capita de USD 9.400. O Ensino Fundamental (EF) brasileiro divide-se em dois ciclos: do 1º ao 5º ano (anos iniciais) e do 6º ao 9º ano (anos finais). O Ensino Médio (EM) compreende 3 anos. Nos dois primeiros anos do EF, não há

¹ Uma das poucas pesquisas amplas sobre o fracasso escolar no país é a de Moura (2009).

² A partir de 2010, com a Lei nº 103/III/90, de 29 de Dezembro, o ensino básico passa a 8 anos, organizado em 3 ciclos: o primeiro com 4 anos e o segundo e terceiro com dois anos.

³ O ES tem duas terminalidades – geral e técnica. Incluiu-se nesta análise apenas a geral.

reprovação, esta iniciando a partir do 3º ano⁴. O número de matriculados na rede pública em 2012, no Brasil, era de 25.431.566 – no EF e EM juntos (INEP, 2013).

3 Método

A comparação entre os índices de reprovação escolar de Cabo Verde e do Brasil foi realizada por meio da análise dos dados publicados nos Anuários Educativos de Cabo Verde e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do Brasil. A análise iniciou pelo ano de 2009, por ser o ano da implementação do EF de nove anos no Brasil. Os dados analisados vão até 2012, último ano sobre o qual se conseguiu informações relativas aos dois países. Tal delimitação temporal torna o estabelecimento de paralelos entre os dois países, mais coerente.

Foram analisadas as taxas de reprovação das escolas públicas nos 12 primeiros anos escolares dos dois países.

4 Resultados e discussão

Analisando os picos de reprovação, em Cabo Verde (figura 1), verifica-se que, no EP, eles se encontram nos anos que constituem a transição entre os ciclos: segundo, quarto e sexto. No entanto, observa-se que as diferenças entre o ano escolar do pico e o anterior (final do ciclo), vão diminuindo gradativamente. No ES, a tendência que se verifica é contrária: taxas de reprovação mais altas no ano inicial de cada ciclo (7º e 9º ano) com exceção do 11º, pois as taxas do 12º ano são mais altas das que a do ano anterior, aspectos que mereceriam ser mais estudados.

⁴ Em algumas escolas e em alguns casos excepcionais, ainda se retêm alunos no primeiro e segundo anos.

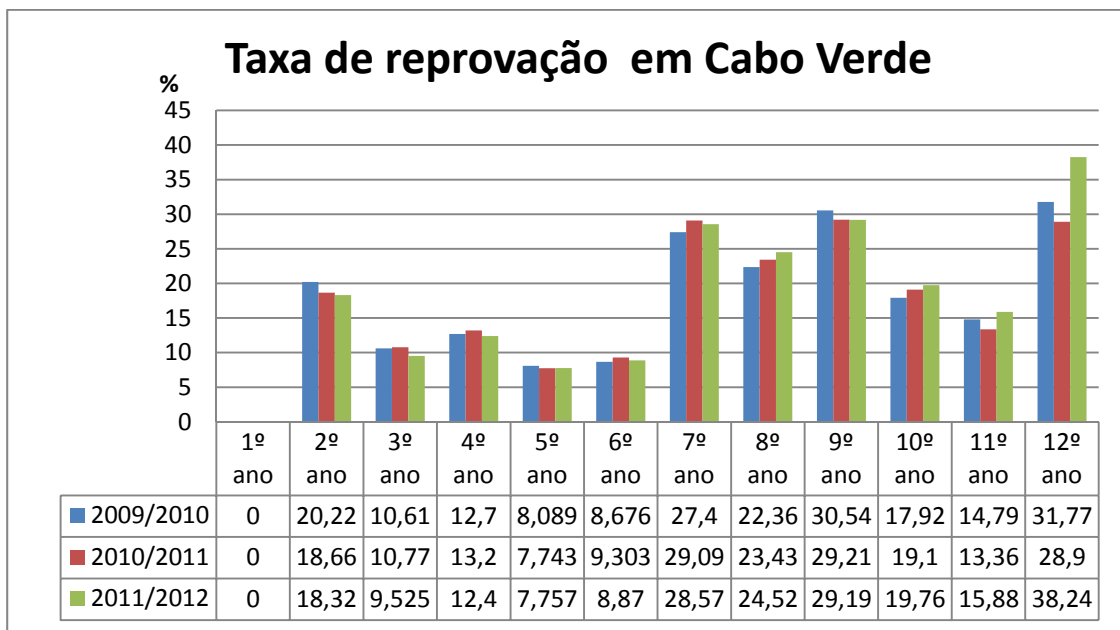


Figura 1: Taxa de reprovação das escolas públicas de Cabo Verde de 2009 a 2012.

A análise dos percentuais de reprovação ao longo dos três anos civis estudados mostra que não há uma tendência definida em sua evolução. Para cada ano escolar, variam os percentuais de reprovação nos diferentes anos civis, sendo ora ligeiramente mais altos, ora ligeiramente mais baixos, embora não se tenha testado a significância estatística dessas diferenças.

A figura 2 ilustra a reprovação, no Brasil, entre 2010 e 2012, ratificando a tendência à diminuição anteriormente mencionada (SOARES, 2006; ORTIGÃO & AGUIAR, 2013), para o EF, com exceção do 4º ano, em que o percentual de reprovação aumentou em 2012, quando comparado a 2011. No EM, as taxas mais elevadas estão em 2011, caindo em 2012, embora as diferenças encontradas também não tenham sido testadas para sua significância estatística.

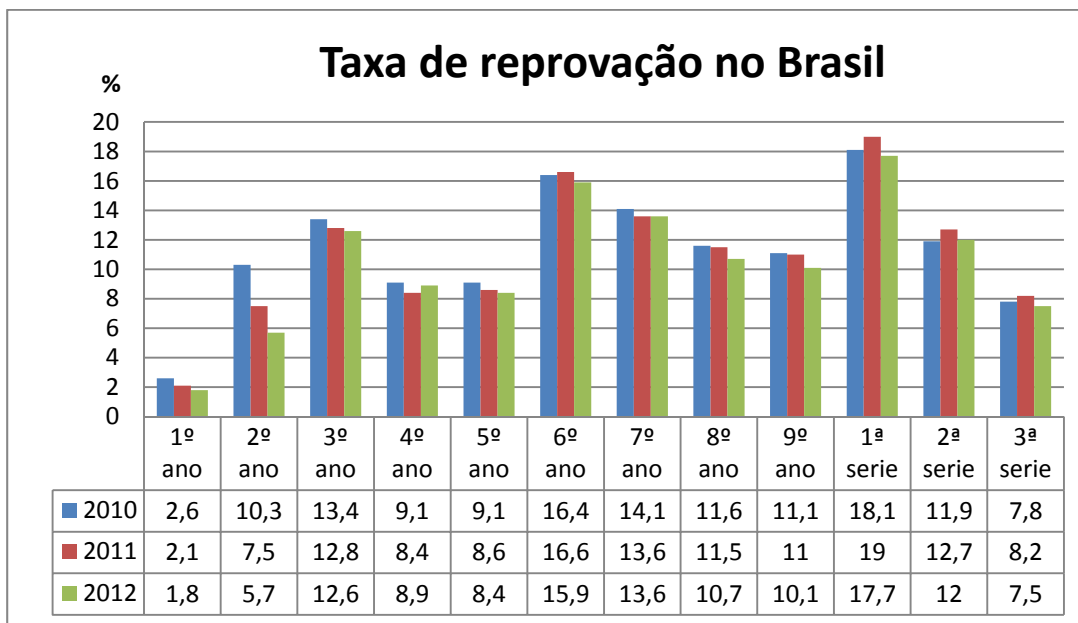


Figura 2: Taxa de reprovação das escolas públicas do Brasil de 2009 a 2012.

As análises apontam que os primeiros picos de reprovação, nos dois países, estão no 2º ano do EP e no 3º ano do EF, respectivamente, momentos em que termina o sistema de progressão automática. Também no 6º ano, no Brasil, e no 7º, em Cabo Verde, foram encontrados picos. Nesses anos, os alunos passam da monodocência para situações em que convivem com diversos educadores, em diferentes disciplinas, fato que poderia levar a reprovações. Esta hipótese é ratificada pelo estudo de Hanff (2007), com alunos da 5ª série (atual 6º ano), em escolas públicas catarinenses com altos índices de reprovação. O autor alega que a diversidade de professores e de formas de organização do conhecimento foram algumas das dificuldades encontradas pelos sujeitos de sua pesquisa. O estudo de Leon e Menezes Filho (2002), em seis regiões metropolitanas no Brasil, entre 1984-1997, já mostrava que a 5ª série era o lócus das maiores taxas de reprovação.

Altos índices de reprovação podem ser igualmente observados no 9º ano do ES, em Cabo Verde, e no 1º ano do EM, no Brasil, momentos em que os estudantes passam, igualmente, a novas etapas educacionais em que lhes são feitas maiores exigências em termos de desempenho, pela complexidade dos conteúdos das disciplinas então

estabelecidas: no Brasil, início do EM e, em Cabo Verde, do 2º ciclo do ES. Segundo Paro (2001), essa diversidade e complexidade, bem como a forma de avaliação, são fatores que contribuem para o aumento dos níveis de reprovação nesse período, no Brasil.

Vale referir que as taxas de reprovação no ES público caboverdiano poderiam ser bem maiores, já que somente nele podem ingressar os alunos que concluíram o EP com idade não superior a 15 anos. Os que não se enquadram nessa exigência, devem passar para o ensino privado, o mesmo ocorrendo com quem ultrapassa os 21 anos no ES. Tal falta de flexibilidade no sistema de ensino faz com que os alunos que tiverem mais do que uma reprovação no mesmo ciclo e duas reprovações ao longo do ES, percam o direito ao ensino público (CABO VERDE, 2003). Como consequência, os multirrepetentes acabam saindo do ensino público, não sendo suas reprovações computadas nas estatísticas a ele referentes.

Comparando as duas figuras, verifica-se que as taxas de reprovação em Cabo Verde são sistematicamente maiores do que as brasileiras a partir do 7º ano letivo.

5 Conclusão

Apesar das discrepâncias, percebe-se que a reprovação é ainda um problema relevante nos dois países. Também, em ambos, os índices de reprovação e os maiores picos foram encontrados nos anos escolares correspondentes às mudanças de ciclos/níveis e pensa-se que isso deveria ser levado em conta, ao organizar os currículos nas duas realidades estudadas. Os dados sugerem que ainda há muito esforço a ser despedido para que sejam diminuídas as taxas de reprovação, mas conhecer sua incidência é o primeiro passo para fomentar estratégias para possíveis mudanças no contexto educacional.

6 Referências

AZEVEDO, G. M. **A repetência escolar no discurso acadêmico da Anped**. 2012. Dissertação (Mestrado Área de Concentração de Educação, Linha de Pesquisa Identidade e Diferença). Universidade de Santa Cruz do Sul, 2012. 116p.

BORGES, M.; MORAIS, L. **Cabo Verde no contexto do desenvolvimento sustentável** - Relatório à conferência Rio+20. Disponível em:<<http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/1035capeverde.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2014.

CABO VERDE. **Anuário da Educação 2011/2012**. Ministério da Educação. Praia: gráfica da Praia, 2012. Disponível em <<http://www.minedu.gov.cv/index.php/estatistica/finish/5-estatisticas/249-anuario-da-educacao-2011-2012/0>>. Acesso em 18 de jul. de 2013.

CABO VERDE. **Decreto-lei nº 41/2003 de 27 de Outubro**. Disponível em: <https://portoncv.gov.cv/dhub/porton.por_global.open_file?p_doc_id=446>. Acesso em 15 out. 2013.

FARIA, E. M. Os alunos reprovados no Brasil: uma análise das proficiências e das taxas de abandono por meio das avaliações Prova Brasil e Pisa. **Estudando Educação – Portal de Estudos e Pesquisas em Educação**. Abril, 2011. Online. Disponível em:<<http://estudandoeducacao.files.wordpress.com/2011/03/estudando-nc2ba-1-versc3a3o-finalv2.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2014.

GOMES, C. A. Quinze anos de ciclos no ensino fundamental: um balanço das pesquisas sobre a sua implantação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 25, p. 39-52, Jan./Fev./Mar./Abr. 2004.

HANFF, B. B. C. **A reprovação e a interrupção escolar nas quintas séries do ensino fundamental**: o difícil percurso para a continuidade dos estudos. Tese (Doutorado em Educação) – centro de ciências. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em:<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/89957/260685.pdf?sequence=1>>. Acesso em 12 mar. 2014.

INE – Instituto Nacional de Estatísticas, 2010. **Evolução da população residente em Cabo Verde por Ilha Concelho (1900 -2010)**. Disponível em: <<http://www.ine.cv/actualise/dadostat/files/7ba5fbd5-bfoa-4faf-a734-0495ba9f80foevolu%C3%A7%C3%A3o%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20residente%20em%20cabo%20verde,%201900%20-2010.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Indicadores Educacionais**. 2013. Disponível em:<<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso em: 13 mar. 2014.

LEON, F. L. L. de; MENEZES-FILHO, N. A. Reprovação, avanço e evasão escolar no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, p. 417-451, dez. 2002.

MOURA, A. F. da. **Eficácia social (qualidade e equidade) do sistema educativo em Cabo Verde**. 2009. 595f. Tese (Doutor em Ciências da Educación) Faculdade de Ciências da Educación, Universidade de Santiago de Compostela. Santiago de Compostela.

ORTIGÃO, M. I. R.; AGUIAR, G. S. Repetência escolar nos anos iniciais do ensino fundamental: evidências a partir dos dados da Prova Brasil 2009. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. (online), Brasília, v. 94, n. 237, p. 364-389, maio/ago. 2013. Acesso em 11 de ago.2014. Online. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/2768/1938>>. Acesso em: 09 de abr. de 2014.

PARO, V. H. **Reprovação escolar: renúncia à educação**. São Paulo: Xamã. 2001.

SOARES, S. S. D. **Aprendizado e seleção**: uma análise de evolução educacional brasileira de acordo com uma perspectiva de ciclo de vida. Brasília: IPEA, 2006 (Texto para Discussão, n. 1.185). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1185.pdf>. Acesso em 13 mar. 2014.

SOARES, S. S. D.; NASCIMENTO, P. A. M. Evolução do desempenho cognitivo dos jovens brasileiros no Pisa. **Cadernos de Pesquisa**. (online). v.42, n.145, p.68-87, jan./abr. 2012. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/cp/v42n145/06.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2014.

UNESCO. **Enseñanza y aprendizaje**: lograr la calidad para todos. Paris: Ediciones. UNESCO. 2012. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002261/226159s.pdf>>. Acesso em 20 de abr. 2014.